



**ACÓRDÃO Nº821/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11611/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Programa Estadual de Proteção e Orientação do Consumidor - PROCON/AM.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Clizares Doalcei Silva de Santana (Ordenador de Despesa), Maria das Graças Soares Prola (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3856/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Programa Estadual de Proteção e Orientação do Consumidor - PROCON/AM. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Regularidade. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Clizares Doalcei Silva de Santana**, Gestor do Programa Estadual de Proteção e Orientação do Consumidor – PROCON/AM, exercício de 2017 (Período de 06/10/2017 a 08/01/2018), nos termos do artigo 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM c/c 188, inciso II; §1º, inciso II, estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, em razão da falha de natureza formal considerada não sanada, qual seja, a redução, sem justificativa, de elemento do ativo no balanço patrimonial da unidade gestora;
- 10.2. **Aplicar Multa** no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais) ao **Sr. Clizares Doalcei Silva de Santana**, Gestor do Programa Estadual de Proteção e Orientação do Consumidor – PROCON/AM, exercício de 2017 (Período de 06/10/2017 a 31/12/2017), que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas



**ACÓRDÃO Nº821/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 54, inciso IV, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 308, inciso II, alínea "a", da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM, em razão do não atendimento, sem causa justificada, no prazo fixado, à diligência desta Corte de Contas para justificar a redução de elemento do ativo no balanço patrimonial da unidade gestora. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Julgar regular** a Prestação de Contas da **Sra. Maria das Graças Soares Prola**, Gestora do Programa Estadual de Proteção e Orientação do Consumidor – PROCON/AM, exercício de 2017 (Período de 01/01/2017 a 04/10/2017), nos termos do art. 22, inciso I, da Lei Estadual nº 2.423/1996-LOTCE/AM c/c 188, inciso II; §1º, inciso I, estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.4. Dar ciência à Sra. Maria das Graças Soares Prola** da decisão;
- 10.5. Dar ciência ao Sr. Clizares Doalcei Silva de Santana** da decisão.

**11- Ata:** 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 29 de Agosto de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral